



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

**TERMO DE CORREIÇÃO**  
**38ª Promotoria de Justiça da Capital**

Nº DO PROCESSO SAJ/MP/AL: 10.2020.00000087-3

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº: 068/2020

DATA DA CORREIÇÃO: 28/09/2020

**A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA**, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017- CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

**I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

Atribuições - Ato normativo: Resolução CPJ 02/2017

Municípios que compõem a área de atuação: Maceió

Promotor de Justiça Titular: Maria José Alves da Silva

Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Ariadne Dantes Meneses

Endereço da Unidade: Praça Sinimbu 119 – Centro (em reforma) Atualmente instalada na Sede das Promotorias da Capital sl.3 Bl.2

Expediente da Unidade: 7.00 às 13.00hrs (oficialmente na sede do JVDFM), atualmente coms ala na Prédio ds Promotorias da Capital, no Barro Duro, o horário é de 8 às 14 hrs.

**II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Data que o Membro assumiu a Unidade correicionada: setembro de 2013

Reside no local de lotação? Sim

Exerce o magistério? Não

Responde a procedimento administrativo disciplinar ? Não

Responde cumulativamente por outro órgão? Não

Nos últimos ( 6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Sim. 05/11/2018 a 01/07/2020

Nos últimos ( 6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Sim . Ainda com colaboração.

Nos últimos ( 6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Sim.

Exerce a advocacia? Não.

**III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Atendimento ao público: Sim

Estrutura de Pessoal: 1 analista jurídico; 1 estagiária; 1 servidor do programa de voluntário

Estrutura física: 1 sala\*

Sistema de Arquivo: físico e eletrônico ( SAJMP )

Sistema de Registro: físico e eletrônico (SAJMP)

De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? Prej.

Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? 5.750 processos, sendo 871 MPUs (esfera cível no JVDFM) e 4.879 feitos criminais



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Pùblico:

Observações: \* espaço insuficiente para as 3 promotorias com atribuições no JVDFM e sem condições para as atividades extrajudiciais exercidas pela 38ªPJ

**IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO MEMBRO)**

Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: violência doméstica e familiar contra a mulher, questão de gênero, atuação visando os três eixos estruturantes da Lei Maria da Penha: prevenção, proteção e penalização. Quanto ao período requerido, informo que estive sob licença médica de nov de 2018 até julho de 2020.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação:

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Webinário UFAL: O atendimento jurisdicional das mulheres vítimas de viol doméstica; Agosto Lilás 2020: Maceió, União dos Palmares, Mal Deodoro, por conta da pandemia do coronavírus, todos os eventos foram online. Quanto ao período requerido, informo que estive sob licença médica de nov de 2018 até julho de 2020.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Sim, coordenadora-adjunta do Programa MP Comunitário desde 2013. Quanto ao período requerido, informo que estive sob licença médica de nov de 2018 até julho de 2020.

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Pùblico? Explicar de forma exerce esse acompanhamento:

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: Sim. Interação e fiscalização da rede de atendimento e junto aos Órgãos das esferas municipal e estadual responsáveis pelo planejamento das políticas públicas voltadas para as mulheres. Quanto ao período requerido, informo que estive sob licença médica de nov de 2018 até julho de 2020.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Sim, já atuei. Quanto ao período requerido, informo que estive sob licença médica de nov de 2018 até julho de 2020.

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Pùblico? Descrever de que forma se opera essa integração: Sim. Campanhas como Agosto Lilás, Setembro Amarelo e diversos eventos nos meses de março (empoderamento da mulher, outubro (outubro rosa – combate ao câncer de mama)

Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental? ( ) Sim. ( X ) Não.  
Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

Boas práticas alinhadas ao planejamento estratégico? Sim ( ) Não ( ) Indicar quais:

Utiliza de forma eficiente e objetiva os instrumentos e métodos de investigação na determinação de diligências, bem como dos recursos extrajudiciais e judiciais visando à prevenção e à tempestiva correção dos ilícitos?  
Sim ( X ) Não ( )

**V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL**

**V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS - 06 (seis) últimos meses.**

PERÍODO	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Saldo anterior	0	04	05	12	07	18
Distribuídos no mês	32	37	30	12	20	16
Devolvidos no mês	28	36	23	17	9	26



**MINISTÉRIO PÙBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Saldo do mês atual	04	05	12	07	18	08
Audiências judiciais realizadas		0	0	0	0	0
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).						
Observações:						

**V.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CRIMINAIS**

PERÍODO	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Saldo anterior ( ações penais):	19	50	49	90	99	232
Distribuídos no mês ( ações penais):	141	259	213	102	226	166
Devolvidos no mês ( ações penais):	110	260	172	93	93	311
Saldo do mês atual ( ações penais):	50	49	90	99	232	87
Saldo anterior (inquéritos policiais):	04	31	49	188	155	207
Distribuídos no mês ( inquéritos policiais):	101	401	313	124	161	110
Devolvidos no mês ( inquéritos policiais):	74	383	174	157	109	223
Saldo do mês atual ( inquéritos policiais):	31	49	188	155	207	94
Arquivamentos ( inquéritos policiais):	16	18	51	33	25	42
Denúncias oferecidas:	0	27	18	40	19	53
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:						
Termos Circunstaciados distribuídos:						
Audiências judiciais realizadas:						
Recursos interpostos:						
Sessões do Tribunal do Júri:						
Observações: Nos feitos devolvidos também há denúncias, pois, o IP oriundo de auto de prisão em flagrante vem direto para o cartório do JVDFM e é distribuído para a 38ª PJ ou 43ªPJ. Contrarrazoamos em 71 feitos até de 01 abril a 23 set 2020						

**V.III- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS EXTRAJUDICIAIS**

PERÍODO	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Notícias de fato distribuídas:	0	0	0	01	0	0
Inquéritos Civis Públicos:						
Procedimentos Preparatórios:						
Procedimentos Administrativos:						
TAC firmado:						
Execução de TAC proposta:						
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:						
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):						
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:						
Arquivamento sem Remessa:						
Arquivamento com Remessa:						



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e oitivas informais de adolescentes):						
Audiências extrajudiciais autocompositivas:						
Reuniões (com ata):						
Atendimento ao público: *	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.	Prej.
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):						
Instauração de PIC:						
Arquivamentos de PIC:						
Número de interceptações telefônicas iniciadas:						
Observações: por conta da pandemia não houve atendimento ao público no período abrangido pela correição.						

**V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Improbidade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade):
	Ações para a defesa de direito individual e indisponível:
Processos cíveis – custos legis	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Processos eleitorais	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:
	Com vista há mais de 12 meses:
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:
	Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 124*
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: 01
	Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação):
	Em tramitação há mais de 180 dias:
Inquéritos Civis	Em tramitação há menos de 1 ano:
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano:
	Em tramitação há mais de 1 ano:
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	
Inquéritos policiais:	Com vista há mais de 30 dias:
	Com vista há mais de 6 meses:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Com vista há mais de 12 meses:
Ações Penais:	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Processos de Execução Penal:	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Termos Circunstaciados:	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Auto de prisão em flagrante:	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's	Instaurados há menos de 90 dias: Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação): Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses:	CEDIM – Conselho Est Direitos da Mulher, online em agosto por conta da pandemia
Visitas realizadas:	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes: Fundações: Estabelecimento de idosos: Estabelecimentos de deficientes: Estabelecimentos de saúde: Estabelecimentos de comunidades terapêuticas: Delegacias de Polícia: Estabelecimentos Prisionais: Unidades de Medicina Legal: Unidades de Perícia Criminal: Estabelecimentos prisionais: Unidades de Internação para adolescentes: Estabelecimentos prisionais militares: Outros estabelecimentos:
Observações:	*Notícias de fato recebidas por e-mail do Ligue 180 a partir de 2016, cadastradas e requerido junto à Delegacia da Circunscrição respectiva que fosse diligenciado e se fosse o caso, instaurado IP. Esta promotora de justiça noticiou à Correição Nacional Extraordinária de 2017 que analisou estes feitos, a dificuldade de controle pelo atual sistema, dada a quantidade imensa de notícias de fato, sem fala na duplicidade e por vezes triplicidade de remessa de iguais fatos e partes para o MP, para a Secretaria Estadual de Defesa Social e para o Nudemp, e ultimamente para a Ouvidoria MPAL. A Ouvidoria Nacional a quem compete a coordenação e supervisão do 180 precisa urgentemente aprimorar o sistema de cadastro e controle e capacitar as/os atendentes, a maioria não tem noção de geografia básica, recebemos fatos ocorridos na Bahia, no Ceará, em SP e assim por diante. Não é uma crítica pela critica, é uma constatação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE						
VI.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS						
PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências realizadas						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).						
Observações:						
VI.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS						
PERÍODO	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro
Notícias de fato distribuídas *	0	0		01	0	0
Inquéritos Civis Públicos						
Procedimentos Preparatórios						
Procedimentos Administrativos						
TAC firmado						
Execução de TAC proposta						
Ação Civil Pública proposta						
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta						
Arquivamento sem Remessa						
Arquivamento com Remessa						
Termos de Depoimento						
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)						
Reuniões (com ata)						
Recomendações						
Observações: Esta 38º.PJ é ponto focal em Maceió para as “denúncias” do Ligue 180 – recebemos pelo e-mail institucional. *recebidas pelo sistema SAJMP						
VI.III-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO						
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas					
	Ações para a defesa do direito individual indisponível					
	Ações de destituição do poder familiar e outras					
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Com vista há mais de 12 meses:					
<b>Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Pùblico (Área Cível)</b>	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
<b>Notícias de Fato</b>	Em tramitação há menos de 30 dias:					
	Em tramitação há mais de 30 dias:					
<b>Procedimentos Preparatórios</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:					
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):					
	Em tramitação há mais de 180 dias:					
<b>Inquéritos Civis</b>	Em tramitação há menos de 1 ano:					
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):					
<b>Processos Administrativos</b>	Em tramitação há menos de 90 dias:					
	Em tramitação há mais de 90 dias:					
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:						
Audiências Pùblicas realizadas nos últimos 12 meses:						
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:						
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:						
<b>Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)</b>	Delegacia de Polícia:					
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:					
	Entidades de acolhimento institucional:					
	Outras unidades de atendimento:					
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:					
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):						
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):						
<b>Observações:</b>						
<b>VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO- ATO INFRACIONAL</b>						
<b>PERÍODO</b>						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais realizadas						
Recursos interpostos						
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP						
Notícia de fato distribuída						
Arquivamentos						



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Remissões					
Representações					
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)					
Audiências de Oitivas informais					
<b>Observações:</b>					
<b>VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>					
<b>Notícia de ato infracional (NF)</b>	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 6 meses:				
	Com vista há mais de 12 meses:				
<b>Boletim Circunstaciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)</b>	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 6 meses:				
	Com vista há mais de 12 meses:				
<b>Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)</b>	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 6 meses:				
<b>Execução de Medidas Socioeducativas</b>	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 6 meses:				
	Com vista há mais de 12 meses:				
<b>Se existe critério de recebimento de feitos:</b>					
<b>Observações:</b>					

<b>VII-PROMOTORIA ELEITORAL</b>					
<b>VII.I. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL</b>					
<b>PERÍODO</b>					
Saldo do mês anterior					
Distribuídos no mês					
Devolvidos no mês					
Saldo do mês atual					
Audiências judiciais/Sessões					
Recursos interpostos					
Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).					
Observações:					
<b>VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS</b>					
<b>PERÍODO</b>					
1. Notícias de fato distribuídas					
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas					
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado					



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)					
5. Arquivamento sem remessa					
6. Arquivamento com remessa					
7. Audiências Extrajudiciais inquisitoriais					
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas					
9. Inquéritos Policiais Eleitorais					
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral					

**VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	
	Fora do prazo para manifestação:	
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias	
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Fora do prazo:	
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

**Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.**

**VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO**

No sistema de cadastramento do SAJMP, no cadastro complementar especificamente no que se refere à Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, entre outras falhas e ausências não temos como capítular o crime previsto no 24-A da lei, descumprimento de medida protetiva de urgência, por que não consta do rol . Há quase seis anos reclamos das incongruências dos códigos e da tabela. Não temos também como registrar medidas protetivas de urgência de cunho cível, por que o CNMP comete o grave erro de só considerar a lei 11.340/2206 apenas uma lei de caráter penal, o que não corresponde em absoluto à realidade e a natureza da lei Faz-se necessário provocar mudanças na tabela unificada .

**IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE (Boas Práticas)**

As práticas autocompositivas que já são uma realidade no Programa MP Comunitário e MP Empoderador, também passarão a ter a na promotoria da violência doméstica o seu espaço, com a Justiça Restaurativa, já implementada pelo TJAL no JVDFM, mas sem a participação do MP, assim esta Promotora de Justiça está a fazer um curso pela ENFAM – Escola Nacional de Aperfeiçoamento da Magistratura, a convite do TJAL para atuar na JR do JVDFM ,

**X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS  
(PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)**

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Processo Judicial	0700373-88.2019.8.02.0067/	22 de setembro de 2020 – Entrada de carga 27 de setembro de 2020 – Devolução ao TJ	Inquérito Policial. Manifestação do MP requerendo a juntada de exame de corpo de deito. Situação regular.
Processo Judicial	0000292-46.2012.8.02.0094/	07 de setembro de 2020 – Entrada de carga 27 de setembro de 2020 – Devolução ao TJ	Inquérito Policial. Lesão corporal. Manifestação do MP pela prescrição da pretensão punitiva. Situação regular.
Processo Judicial	0717051-51.2020.8.02.0001/	20 de setembro de 2020 – Entrada de carga 27 de setembro de 2020 – Devolução ao TJ	Inquérito Policial. Manifestação do MP requerendo a juntada de exame de corpo de deito. Situação regular.
Processo Judicial	0700408-14.2020.8.02.0067/	22 de setembro de 2020 – Entrada de carga 27 de setembro de 2020 – Devolução ao TJ	Processo Crime. Denúncia. Lesão corporal. Processo em fase de instrução. Situação regular.
Protocolo Unificado	02.2020.00003644-0	03 de julho de 2020 – registro de protocolo.	Protocolo Unificado. Notícia de suposta violência doméstica. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.
Protocolo Unificado	02.2020.00002821-8	21 de maio de 2020 – registro de protocolo	Protocolo Unificado. Notícia de suposta violência doméstica. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Prazo de conclusão extrapolado.
Notícia de Fato	01.2016.00000895-4	07 de junho de 2016 – Registro Notícia de Fato	Notícia de Fato. Notícia de supostos atos de violência doméstica. Expediente encaminhando a delegacia



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**  
**CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.  
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

			para apuração. Prazo de conclusão extrapolado.
Notícia de Fato	01.2016.00000888-7	06 de junho de 2026 - Registro Notícia de Fato	Notícia de Fato Notícia de supostos atos de violência doméstica. Expediente encaminhando a delegacia para apuração. Prazo de conclusão extrapolado.
Notícia de Fato	01.2020.00000876-6	17 de março de 2020 – Autuação NF Suspensão dos prazos extrajudiciais. Ato 28/2020.	Notícia de Fato. Violência doméstica. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Procedimento aguardando manifestação do MP. Prazo observado. Situação regular.

**OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):**

Os processos judiciais encontram-se com sua tramitação normal no fluxo. A análise por amostragem dos processos judiciais (com vistas ao Ministério Público e devolvidos ao TJ), demonstra sua regularidade, apresentando boa qualidade formal e técnica nas respectivas manifestações. Observa-se um elevado volume de processos judiciais, demonstrando pela análise dos processos devolvidos ao TJ uma intensa movimentação entre processos com vistas ao Ministério Público e devolvidos ao Judiciário.

Protocolos Unificados (13) e Notícias de Fato (70) no fluxo com prazo de conclusão extrapolado. Verifica-se, todavia, que a referida unidade encontrava-se com membro atuando em substituição, tendo em vista licença médica de seu membro titular.

**ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):**

**PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORREICIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)**

Deverá a Promotora de Justiça observar o disposto no artigo 3º da Resolução 174 CNMP quanto ao prazo para conclusão de Notícia de Fato, arquivando-a, finalizando-a ou evoluindo para procedimento que entender pertinente.

Promover a solução aos Protocolos Unificados : Em caso de Protocolo Unificado que aponte para a atuação do Ministério Público, deverá a Promotora de Justiça promover a conclusão do mesmo no prazo de 30 (trinta) dias. Caso a solução para a situação retratada não seja alcançada no prazo de 30 (trinta) dias, deverá a Promotora de Justiça evoluir o Protocolo Unificado para Notícia de Fato ou procedimento que entender pertinente.

Considerando o Ato Normativo CGMP/AL nº 02/2018 que disciplina a autocomposição na atuação de orientação, avaliação e fiscalização no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público, bem como levando em consideração o fato de que referida promotora de Justiça encontrava-se de licença médica por considerável período, ficando a promotora de Justiça sob a atuação de membro em substituição, ficou pactuado durante a correição (28/09) a fixação de prazo de 30 (trinta) dias para regularização das Notícias de Fato e Protocolos Unificados em atraso.

Considerando ainda o retorno as atividades da promotora de Justiça titular, após período de licença médica, contando referida promotora com designação de membro para responder cumulativamente na unidade, sugerimos que as Notícias de Fato e os Protocolos Unificados detectados em atraso sejam distribuídos de forma equitativa entre os respectivos membros.

Maceió, Al, 30 de setembro de 2020.

CONCEITO:	( ) EXCELENTE	( x ) MUITO BOM	( ) REGULAR	( ) INSUFICIENTE
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO			
NOME:	Maria José Alves da Silva	NOME:	Napoleão Amaral franco	